

ESPAÇO SOCIALISTA

Nº 84 Novembro de 2015

Contribuição: R\$ 2,00

Organização Marxista Revolucionária

CONTRA A CRISE: UM PROGRAMA ANTICAPITALISTA



CONJUNTURA NACIONAL

FRENTE À CRISE, CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

INSTITUTOS E UNIVERSIDADES FEDERAIS

BREVE BALANÇO DA GREVE NACIONAL E OS PRÓXIMOS DESAFIOS

FORMAÇÃO

A "HISTÓRIA" DO MATERIALISMO HISTÓRICO: A ORIGEM

JUVENTUDE

AINDA O DEBATE SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

EDUCAÇÃO FEDERAL

AS CONSEQUÊNCIAS DOS PLANOS DE AUSTERIDADE E DOS CORTES DE VERBAS

INTERNACIONAL

A NOVA REVOLTA DOS PALESTINOS CONTRA A OCUPAÇÃO ISRAELENSE

CONTRA A CRISE, UM PROGRAMA ANTICAPITALISTA

A *Agenda Brasil* é um conjunto de pontos que com outras medidas já vêm sendo implementadas e compõem um verdadeiro programa do empresariado, agora completamente assumido pelo governo Dilma. Fonte <http://migre.me/rWx4G>.

Os principais setores do empresariado cobram rapidez e agilidade no funcionamento do Congresso para aprovar as (contra) Reformas que o capital exige.

Toda essa situação cria uma unidade reacionária em que, por mais que haja disputa entre o governo e a Oposição de direita, ambos unem-se contra os trabalhadores a partir do que chamamos de um “programa da burguesia”, que, pelo menos em suas linhas gerais, vem sendo implementado, mas ainda em seu início.

PROGRAMA BURGUEÊS: DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, CORTE DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

Segundo o raciocínio burgueês, amplamente veiculado pela grande mídia, o Brasil deve criar as condições mais adequadas à lucratividade e segurança da capital para que o país volte a crescer, gerar empregos, etc.

O primeiro passo nessa linha tem sido um violento “ajuste fiscal” com cortes em pensões, seguro-desemprego, FIES, Pibid, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, obras do PAC, suspensão dos concursos públicos e dos reajustes do funcionalismo público, etc.

Como a arrecadação caiu – mas a fatia do orçamento destinada ao pagamento dos juros e dividendos da Dívida Pública aumentou (R\$ 1,350 tri ou 46% do orçamento neste ano) – os cortes não foram suficientes e pretende-se a aprovação da CPMF, a Desvinculação das Receitas com a Saúde e com a Educação (DRSU).

Superada essa fase viriam as medidas destinadas a dar credibilidade futura para o capital em geral poder investir no Brasil: a Reforma da Previdência Social. A burguesia pretende por a mão naquele filão do Orçamento que não pode ainda ser cortado pois representa direitos fundamentais criados na Constituição de 88: aumentar a idade para aposentadoria e acabar com a política social da Previdência que inclui o SUS e a

aposentadoria para quem trabalha no campo e não tem registro.

Combinado a isso a burguesia implementa diariamente demissões em massa, na busca por se tornar mais competitiva para os acionistas, aumentando drasticamente o exército de desempregados, impondo condições mais rebaixadas de salários e direitos. Nessa esteira vem a liberação da terceirização e um processo violento de mudança na legislação trabalhista, onde a “livre negociação” entre trabalhador e patrão prevaleceria sobre os direitos previstos na CLT.

Na questão urbana, vivenciamos o aumento brutal das tarifas (água, luz, transporte, impostos em geral) e também dos preços de bens de primeira necessidade dos trabalhadores.

Um dos principais pontos da *Agenda Brasil* é uma nova rodada de privatizações (igual ou superior à dos anos 90) de tudo o que ainda não foi privatizado, atingindo desde prédios públicos, rodovias, portos, aeroportos, setores da Petrobrás, áreas ambientais, (florestas, etc) e turísticas.

O programa da burguesia para a crise visa a recuperação/aumento da sua lucratividade, o que só pode acontecer com o aumento da exploração, da transferência de riqueza social para as mãos do capital.

Sua implementação não vai gerar um novo ciclo de consumo para a maioria, mas uma grande piora das condições de vida dos trabalhadores e da população pobre em geral.

LUTAS IMEDIATAS SÃO IMPORTANTES, MAS NÃO SUFICIENTES

Os trabalhadores não vão aceitar calados esse conjunto de ataques. Daqui para frente as lutas tendem a crescer e a se tornarem mais duras e radicalizadas.

Mas nota-se que por mais que lutemos, atacamos apenas as consequências e não as causas dos problemas e, portanto, as coisas seguem piorando. Aquilo que lutamos duramente e conseguimos manter hoje, o sistema dá um jeito de nos tomar amanhã.



Uma parte importante dos trabalhadores e ativistas percebem essa tendência, e se perguntam: fazer o quê?

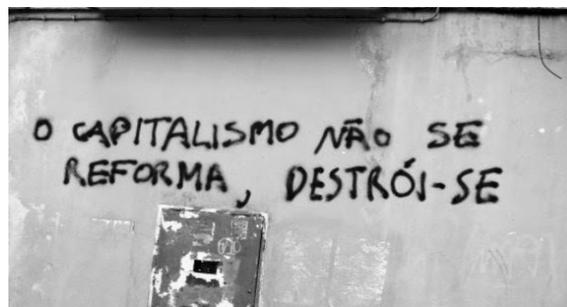
A CSP-Conlutas e outros setores de esquerda têm a política de unificação e coordenação das lutas, construindo um “terceiro campo de luta” contra o governo e a Oposição de direita. Participamos dessa frente porque entendemos que é um passo à frente no contexto atual. Mas, ainda não é suficiente por permanecer no âmbito das lutas imediatas, de cada categoria ou movimento por sua demanda.

Precisamos que esse “terceiro campo” com outras frentes de luta vão além, se colocando de fato como alternativa política e programática, discutindo e construindo com os trabalhadores as tarefas para mudar a sociedade “de alto a baixo”: um Programa Anticapitalista, Socialista e Revolucionário.

DAR A BATALHA POLÍTICA E IDEOLÓGICA É UMA PRIORIDADE!

Sabemos que no aspecto de sua consciência anticapitalista e socialista é o que a classe trabalhadora está mais atrasada.

No entanto, se a crise por um lado reforça tendências de competição, saídas individuais e de direita, também produz lutas e formas de organização coletivas e coloca a possibilidade de discutirmos com os trabalhadores e jovens que a raiz dos males sociais é o capitalismo e não apenas este ou aquele governo ou partido. E também coloca a possibilidade de discutir saídas anticapitalistas e



revolucionárias para o país e para a sociedade em geral.

Mas, se a burguesia martela o tempo todo a sua ideologia e as suas saídas, a esquerda socialista pouco faz esse debate. Mesmo organizações e partidos que se reivindicam socialistas e revolucionários (PSTU, setores do PSOL) permanecem presos ao imediatismo, atacando apenas os governos, ou a política econômica, defendendo apenas saídas pontuais ou limitadas a algum aspecto, ao passo que o capitalismo é um sistema global. Ou encaramos esse desafio de discutir uma alternativa global ou perderemos a disputa para os setores de direita ou mesmo governistas que venham a se reciclar.

Assim, nós do Espaço Socialista apresentamos nossas propostas para a construção desse **Programa Anticapitalista, Socialista e Revolucionário** para discussão junto aos trabalhadores nos local de trabalho, estudo, moradia e de grande circulação.

SERVIÇOS PÚBLICOS GRATUITOS E DE QUALIDADE:

- Não Pagamento da “Dívida Pública” (que só neste ano consumirá R\$ 1,350 trilhões ou 46% do orçamento do país). Investimento desse dinheiro em serviços públicos gratuitos e de qualidade (Educação, saúde, transporte, cultura, lazer) sob controle dos Trabalhadores!

- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. Redução drástica da taxa de juros. Fim da remessa de lucros das empresas para as matrizes.

CONTRA O DESEMPREGO, A SOBRECARGA E A PRECARIZAÇÃO

- Redução da Jornada de Trabalho sem Redução dos Salários de modo que haja emprego para todos!

- Estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitam em massa, ameacem fechar ou se mudar!

- Fim da Terceirização! Efetivação de todos os temporários com os mesmos direitos!

- Fim do latifúndio e expropriação do agronegócio sob controle dos trabalhadores. Agricultura orgânica que priorize a produção de alimentos!

- Expropriação sob controle dos trabalhadores dos imóveis ociosos e plano de moradia popular sob controle dos trabalhadores!

PODER ÀS ORGANIZAÇÕES DE LUTA E DE BASE DOS TRABALHADORES!

- Por Um Governo Socialista Revolucionário dos Trabalhadores apoiado em suas organizações de luta!

- Que as decisões em todos os âmbitos (fábricas, escolas, universidades, hospitais, bairros, etc.) sejam tomadas pelos que produzem e utilizam os serviços e não por meia dúzia de privilegiados e corruptos que só usufruem da riqueza produzida por nós!

- Pela expansão imediata da revolução para outros países! Por Uma Sociedade Socialista!

BREVE BALANÇO SOBRE A GREVE DA FASUBRA, SINASEFE E DO CONJUNTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL

A greve mais forte e mais longa da história da FASUBRA durou 132 dias e foi um marco na resistência de técnico-administrativos contra o ajuste fiscal e o governo Dilma. Apesar do grande peso do governismo na direção da categoria. Os ataques à universidade pública e aos técnico-administrativos e o ajuste fiscal são partes de uma mesma política para garantir o pagamento da dívida pública: um existe em função do outro.

Entretanto, mesmo tendo a força para arrancar uma proposta, ainda que péssima, logo no primeiro mês de greve (reajuste parcelado em 4 anos), o movimento não conseguiu dobrar o governo para que houvesse uma outra melhor. E mesmo a proposta de reposição em dois anos já existia no início da greve, segundo declarações do então ministro da Educação, Janine Ribeiro.

Assim, precisamos nos perguntar



quais os motivos que levaram a greve nacional a não ter mais avanços dos que os que estavam já no horizonte.

A GREVE NA UFABC E NA FASUBRA

Em primeiro lugar, apesar da força da greve, é importante salientar que foi deflagrada em um contexto em que outras categorias não entraram em greve, diferente de 2012. Assim, das greves que se anunciaram eram fortes a da FASUBRA e do INSS.

O ANDES teve uma greve fragmentada e fraca em muitas universidades, se esfacelando mesmo antes das outras categorias. Mas, mesmo com poucas categorias entrando em greve era possível construir uma unidade melhor do que a que foi praticada: o discurso da unidade ficou somente na cúpula, sem a presença da base das categorias. Sequer caravanas unificadas à Brasília foram possíveis, sendo realizadas caravanas diferentes da FASUBRA, do judiciário e do conjunto dos SPFs. As ações também foram isoladas e houve pouca interação entre trabalhadores/as de diferentes categorias.

Mesmo no ABC não conseguimos construir a unidade que gostaríamos. Realizamos um grande ato que foi capa dos principais jornais da região, mas não conseguimos agregar outros setores como o INSS, também em greve. Por fim, houve greves simultâneas, mas não unificadas.

A política para esta situação deveria passar pela consolidação de comandos regionais de greve, envolvendo as universidades, Previdência e outras categorias em luta. Na greve de 2012, tínhamos o Fórum Estadual dos SPFs, impulsionado pela CSP-Conlutas, que articulava as ações regionais. Isso não se repetiu em 2015.

Sobre a greve da FASUBRA, achamos correta a política de unidade com os SPF e fortalecimento da pauta geral (27,3% de reposição), mas ao não ser possível o fortalecimento da greve geral do funcionalismo deveria haver um movimento tático para garantir a negociação da pauta local. Ao buscarmos o rompimento do corporativismo das direções e da base das categorias, forçar a pauta geral em nome de uma unidade que não existe é também não levar adiante as demandas da categoria em luta.

Na UFABC, o saldo é positivo, pelas conquistas da greve: mesmo que não sejam imediatas (com exceção da liberação) joga a contradição para a reitoria para que seja aberta uma brecha de encaminhamento das demandas.

O maior saldo é político e organizativo: Saímos fortalecidos dessa greve, o sindicato também e o conjunto de ativistas tem se consolidado no Conselho de Representantes Sindicais.

ALUTA NO IFSC E NO SINASEFE

No SINASEFE a greve se desenlaça – ainda que com sinais manifestos de esgotamento – e o seu fim está condicionado, por deliberação das bases, à assinatura do termo de acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, incorporados os pontos em que se tem acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

Em Santa Catarina, sobretudo na Seção Sindical IFSC – 2ª maior Seção do SINASEFE – a greve (encerrada em fins de setembro, totalizando 79 dias de paralisação) foi uma das maiores e mais fortes de sua história e se alastrou por praticamente todos os Campi.

Os maiores ganhos também se deram na esfera político-organizativa. Conseguimos avançar de um quadro de intensa desmobilização – até mesmo para os enfrentamentos institucionais – para um novo cenário, que se expressou através da consolidação de comandos locais organizados e atuantes; da formação de novas lideranças; da realização de algumas atividades conjuntas por todo o Estado com outras entidades do funcionalismo público federal, como Sintufsc, AndesUfsc, Assibge, Sintrafesc e Sindprevs/SC, resgatando – ainda que temporariamente – a figura do Fórum Estadual dos SPFs; da discussão e elaboração da pauta interna de reivindicações; da problematização, junto

à base, da atual diretoria da seção sindical, braço do governismo no Estado; do fechamento de um acordo de reposição de aulas favorável, em relação a 2012.

Aos poucos, a tônica geral deslocou-se para um posicionamento mais firme na resistência contra o plano de ajuste fiscal do Governo Dilma, os cortes no orçamento da Educação e ao sistema de dívida pública, muito embora mantivesse seu eixo em torno da pauta financeira.

No entanto, no plano nacional, a correlação de forças foi desfavorável e a mobilização construída esbarrou na postura intransigente do Governo que, desde a instalação do processo negocial, justificou as reiteradas propostas rebaixadas em nome do ajuste fiscal. Não se escondeu, em momento algum, a opção em colocar a conta da crise nas costas dos trabalhadores, servindo-se de uma tática continuísta e permanente de vencer no cansaço e com “mesas de enrolação”, tanto na esfera da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público, como na esfera da SETEC.

Ao mesmo tempo, seções importantes não aderiram ao movimento, como o Sindscope, no Rio de Janeiro, ou tiraram sua adesão tardiamente, como foi o caso da Seção Sindical em São Paulo. O SINASEFE, diante de um quadro pré-greva de baixa mobilização, apostou todas as suas fichas numa greve unificada do funcionalismo público federal, o que acabou por não acontecer e que, em realidade, desde as primeiras reuniões do Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal, já demonstrava que não batia tanto às nossas portas com a facilidade que se anunciava principalmente pela Corrente O Trabalho do PT.

À medida que os dias passaram e as demais categorias não se somaram, se tornou muito difícil expandir o movimento no âmbito do SINASEFE. Dum universo de cerca de 600 unidades dos institutos em todo o país,

aproximadamente 260 entraram em greve.

Compusemos um Comando de Greve Nacional que investiu forte na divulgação de quadros de greve, buscando se servir meramente dos números como atrativos, mas que promoveu pouca ou quase nenhuma discussão política na base ou se preocupou em informar com rapidez e qualidade os resultados das negociações ou dos encaminhamentos do Fórum dos SPFs.

Os boletins nacionais não trouxeram análises sólidas de conjuntura e muitas vezes, dada à postura imparcial, deixava as bases de trabalhadores/as com dúvidas e insegurança.

REFLEXÕES SOBRE ESSA LUTA

Por fim, a série de ataques do Governo Federal se desdobra numa amplitude que abarca o conjunto da classe trabalhadora. A desvalorização dos serviços públicos e de seus trabalhadores, os cortes orçamentários em setores como Educação e saúde, a restrição de acesso aos direitos previdenciários, as terceirizações, entre outros, ocorrem num momento em que a crise estrutural do capital se agrava e, como consequência, se lançam ofensivas cada mais possantes ao trabalho para garantir taxas escorchantes de lucro.

O compromisso do Governo não é com os trabalhadores. A transferência de recursos públicos para pagamento da dívida pública, que abocanha quase metade do Orçamento anual da união é evidência disso e isso, absolutamente, não nos interessa como classe. Assim, faz-se importante e necessário buscar e construir a unidade não só entre os trabalhadores do funcionalismo público, mas com toda a classe, numa perspectiva de greve geral.

Nesse processo, a estratégia deve ser a superação do capitalismo como totalidade. A organização política da classe perpassa pelo resgate da visão do socialismo como alternativa societária.

MATERIALISMO HISTÓRICO:

A ORIGEM

A origem do materialismo histórico é fascinante! Sua história tem início no fato de que as classes sociais foram uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas desde a Revolução Neolítica (a descoberta da agricultura e da pecuária, há cerca de 10-12 mil anos)

até a Revolução Industrial (1776-1830). Nesses milhares de anos, a articulação do trabalho excedente com a carência (a produção não era suficiente para atender a todos) fez com que as sociedades igualitárias desenvolvessem as forças produtivas muito mais

SÉRGIO LESSA



lentamente do que as sociedades de classe e, por essa razão, aos poucos, o igualitarismo primitivo foi sendo

substituído pela dominação de classe. (Tratamos dessas questões no último *Jornal Espaço Socialista*, nº 83) Essa a razão do longo período de predomínio das classes sociais na história.

As sociedades de classe, sabemos, apenas podem existir se a classe dominante planejada e cotidianamente, de forma organizada e sistemática, forçar os trabalhadores a produzirem a sua riqueza privada. Forçar, aqui, no sentido literal: pelo uso da força, da violência.

As sociedades escravistas apenas podem existir e se reproduzir se os senhores de escravos, cotidianamente, organizarem a aplicação da violência sobre os seus escravos. Algo similar ocorre com o feudalismo: se não for pela ação consciente da classe dominante na organização da opressão dos “de baixo”, não há modo de produção feudal que perdure. No modo de produção capitalista, a situação não é essencialmente diferente.

Isto é uma lei universal: as classes dominantes têm que criar o Estado, as leis, o exército, o dinheiro, o mercado; têm que organizar o transporte, a Educação, a ideologia justificadora de seu poder, têm que organizar a produção, o comércio, o transporte, etc., pois, caso contrário, não há reprodução possível das sociedades de classe. Nos nossos dias, sem que a classe dominante crie, organize e mantenha desde os instrumentos de repressão (o Direito, o Estado, a política, a ideologia, os costumes, a tortura, as prisões, a polícia, etc.) até a produção (articular em unidades produtivas matéria-prima, força de trabalho, capital etc.) não há reprodução de capital possível.

Percebam o efeito disso na consciência dos seres humanos, no longo prazo: ainda que a riqueza seja produzida pelos trabalhadores, quem organiza e mantém a exploração dos trabalhadores não são os próprios trabalhadores e sim as classes dominantes. Disso decorrem duas ilusões que possuem uma enorme aparência de verdade, bem consideradas as coisas, foram u n a n i m e m e n t e consideradas verdadeiras no passado e, mesmo hoje, sua aparência de verdade não se dissipou por completo.

A primeira ilusão é a de

que os “verdadeiros” produtores seriam as classes dominantes, não os trabalhadores. Aristóteles, o maior pensador grego, não tinha dúvidas nesse sentido. Bem mais tarde, na passagem do século 18 ao 19, os melhores economistas já sabiam que toda a riqueza é produzida pelos trabalhadores. Mas, argumentavam que se a burguesia não organizasse a produção, o trabalhador não teria emprego e a produção não ocorreria. Concluía, então, que a verdadeira classe responsável pela produção e pela prosperidade social seria a burguesia. Ela seria a “autêntica” classe produtora.

Por outro lado, todas as classes trabalhadoras pré-capitalistas (ou seja, excetuando-se a classe operária) não podiam se opor, de fato e na prática, à essa ilusão. Como as classes sociais ainda eram indispensáveis para o rápido desenvolvimento das forças produtivas, aos trabalhadores não restava alternativa senão a de serem explorados. Essa situação histórica fazia com que, mesmo entre os trabalhadores, soasse como verdadeira a ilusão de que eles dependiam da classe dominante – a ilusão de que a classe dominante deveria, sempre, dirigir a sociedade. Daqui nasceu a segunda ilusão: a de que a classe dominante seria a criadora da “civilização”.

A primeira ilusão, dizíamos, era a de a classe dominante ser a “autêntica” classe produtora. A segunda ilusão é esta: que a sociedade de classes é obra da classe dominante; ou seja, que é o projeto pensado pela classe dominante que faz da sociedade o que a sociedade é.

Marx e Engels, desde a juventude até a maturidade, denunciaram a desumanidade (isto é, a alienação) que se instaurou, então: a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual(1). O trabalho intelectual é a organização da produção que cabe à classe dominante. Organizar a produção implica, claro está, em organizar também a sociedade no seu todo. A finalidade do trabalho intelectual é reproduzir a exploração dos trabalhadores. Contudo, é do trabalho manual, que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência, que se origina toda a riqueza social.

Brotava da vida

cotidiana uma concepção que, hoje, sabemos falsa. Tal como, ao fazer um machado, é o “projeto” imaginado que predomina sobre a pedra e a madeira, em uma sociedade de classes seria o projeto de dominação da classe dominante que criaria a sociedade. Quem pensa, quem planeja, quem organiza seria o criador da sociedade; quem trabalha, produz a riqueza, seria criatura; quem produz não passaria do resultado da realização prática do projeto da classe dominante. A ideia organizaria o mundo material: o idealismo é a máxima expressão filosófica dessa ilusão.

Vejam: a base histórica que articulou o trabalho excedente com a carência e que perdurou por mais de uma dezena de milhares de anos é o fundamento último para que as concepções de mundo idealistas fossem sempre superiores às materialistas, até chegarmos ao século 19 com Marx e Engels.

IDEALISMO E MATERIALISMO

Há muitas variantes do idealismo, cada qual correspondendo às necessidades e possibilidades históricas de cada momento. Desde Platão e Aristóteles, passando pelo período medieval, com Agostinho e Tomás de Aquino, entrando pelo Período Moderno, de Galileu, Descartes e Bacon até Hegel, as grandes concepções de mundo assumiam como uma inquestionável evidência que o que existe (o mundo todo) seria formado por duas partes, a matéria e o espírito. E que, nessa dualidade, o espírito seria sempre superior porque criaria a matéria.

As variações são muitas: do Mundo das Ideias em Platão, do *Logos* de Aristóteles, passando pelo Deus medieval, até a natureza idealizada pelos principais pensadores modernos – insistimos, em que pese as muitas diferenças – de Platão a Hegel todos compartilharam de uma noção decisiva: a ideia, o espírito, seria o eterno, o imutável, o que não teria história e que determinaria a matéria. A matéria seria o mundo em que vivemos, sempre mutável, sempre em transformação, permanentemente em movimento. O espírito, a ideia, seria, portanto, o verdadeiramente existente, o verdadeiro ser – à matéria caberia o papel inferior de ser o local em que nossa história tem lugar, em que nascemos, crescemos e perecemos.

Lembremos que isso não decorre



de um acaso, de um “defeito” ou “debilidade” dos pensadores. As concepções de mundo idealistas eram o reflexo, na consciência dos homens, da ilusão de que é a classe dominante que ordena a sociedade à sua imagem e semelhança, de que vida humana “material” é determinada pela finalidade, pelo projeto, pelo “espírito” da classe dominante. De que a classe dominante “cria” a sociedade, deduziam que o espírito seria superior e criador da matéria: o idealismo. Hegel (suas principais obras são de 1806 e 1812-3) é o apogeu e a mais genial elaboração filosófica idealista. Em um artigo futuro poderemos tratar de seu pensamento.

O que agora nos importa é que também não foi por acaso, ou pela genialidade de alguns pensadores, que o materialismo se tornou superior ao idealismo. Foi o fim da necessidade histórica das classes sociais que encerrou o período em que o idealismo foi o reflexo mais adequado, na consciência, do mundo em que vivemos.

A SUPERIORIDADE DO MATERIALISMO

A passagem do século 18 ao 19 trouxe, para a história da humanidade, dois gigantescos processos revolucionários: a Revolução industrial e a Revolução Francesa.

Na Inglaterra, se iniciando em 1776 e indo até 1830, tivemos a Revolução Industrial. O enorme mercado mundial que surgiu com as Grandes Navegações (1430-1600), os lucros acumulados pela burguesia, associados à penetração do capitalismo no campo, em especial na Inglaterra, fazendo surgir, nas cidades, uma massa de trabalhadores desempregados dispostos a qualquer serviço em troca de qualquer salário – esses três fatores tornaram lucrativa a Revolução Industrial. Pela substituição do músculo humano pela força da máquina a vapor na produção, a produtividade do trabalho aumentou absurdamente. O investimento era altíssimo para a época, mas o retorno era rápido e a lucratividade ainda maior. A acumulação de capital se acelerava na mesma medida em que aumentava a produção, até que...

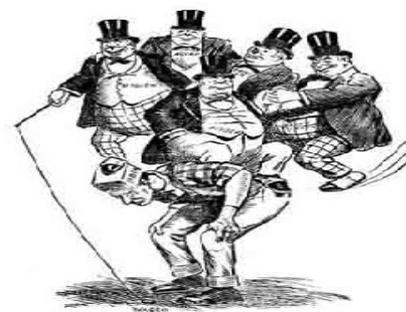
TÊM INÍCIO AS CRISES CÍCLICAS!

Como vimos nas edições 79 e 80 deste Jornal, as crises cíclicas e, depois, a crise estrutural, são consequências da

mesma contradição essencial ao modo de produção capitalista: a produção tende a ser maior do que o consumo e, com isso, a abundância derruba os preços abaixo do custo de produção. Com queda no lucro, os capitalistas suspendem a produção e a crise se instaura. Enquanto a superprodução (a abundância) pode ser destruída pelas crises, elas são cíclicas. Isto é, destruída a superprodução pela crise, a produção pode ser novamente retomada. Mas, quando a superprodução é de tal ordem que não pode ser mais destruída nem com as crises, a crise se torna permanente, estrutural, no dizer de Mészáros. As forças produtivas encontram nas relações de produção capitalista um obstáculo crescente ao seu pleno desenvolvimento. Resumindo, seu desenvolvimento é limitado às necessidades do capital e essas necessidades se tornaram tão desumanas que o capital só pode desenvolver suas forças produtivas destruindo a humanidade.

Essa é a primeira das revoluções que formam a base da atual superioridade do materialismo frente ao idealismo: a abundância, trazida pela Revolução Industrial, instaura uma contradição antagônica entre a sociedade de classes e o desenvolvimento das forças produtivas. A superação da sociedade de classes torna-se, portanto, uma necessidade histórica. É uma necessidade que surge no interior da sociedade, que surge objetivamente antes de se refletir na consciência e se converter em um projeto de superação do capitalismo: o comunismo, de Marx e Engels.

A segunda grande revolução que está na base da superioridade contemporânea do materialismo frente ao idealismo é a Revolução Francesa. Ela mostrou que todos os grandes pensadores burgueses até ela haviam cometido um enorme engano. Pensavam eles que a natureza teria dotado os seres humanos de algumas



qualidades imutáveis e eternas: seríamos racionais, egoístas e proprietários privados. De Locke e Hobbes (século 17), a Rousseau, Kant (século 18) e Hegel (primeiras décadas do século 19), o que predominou foi a noção de que o motor da história seria um “espírito” humano universal, eterno, imutável: todos seríamos eternamente egoístas, mesquinhos e concorrenciais.

Pois bem, a Revolução Francesa mostrou, com todas as letras e todos os pingos nos “is”, que é a luta de classes que molda a história da sociedade de classes e, por extensão, que são os seres humanos que fazem a sua própria história. A humanidade saiu dos 26 anos da Revolução Francesa sabendo que são os humanos os únicos senhores de nossa história; sabendo que nem é a natureza, nem são os deuses, quem comanda nossos destinos. Sabendo que o “espírito” que criaria o mundo não passava de uma ilusão. Os deuses são criações dos homens, é anunciado nos primeiros anos do século 19.

Tornou-se, só então, possível um materialismo que substituísse o idealismo. Pois, apenas o materialismo pode tirar todas as consequências, tanto da descoberta de que são os seres humanos os únicos construtores de seu destino, quanto da evidência histórica de que não é o “espírito” que cria a “materialidade” do mundo. Tão somente uma concepção materialista pode refletir na consciência dos homens a nova fase histórica na qual o desenvolvimento da humanidade requer tanto a superação da sociedade de classes, quanto do idealismo, que é sua expressão intelectual. É essa necessidade e possibilidade histórica que está na origem dessas duas personalidades geniais: Marx e Engels.

MARX, ENGELS E A HISTÓRIA

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa evidenciaram dois fatos históricos que Marx e Engels, então, puderam adotar como seus



pressupostos.

O primeiro: não são nem os deuses, nem qualquer “espírito”, nem a natureza os criadores dos seres humanos. A história dos homens é resultado único e exclusivo das ações humanas.

O segundo pressuposto: os seres humanos, para viverem, precisam trabalhar, isto é, transformar a natureza em meios de produção e de subsistência. Para o fazerem, precisam construir na consciência, isto é, “idealmente” (Marx), antes de transformarem a natureza. Veremos logo abaixo que, ao transformarem o mundo, transformam também as suas relações com o mundo e consigo próprios: transformam “sua própria natureza” de seres humanos (Marx). Por isso, cada momento consegue-se tirar mais da natureza com menos trabalho, as sociedades crescem, aumenta a divisão do trabalho, os indivíduos se desenvolvem, etc.

Em poucas palavras, o modo como, ao longo do tempo, os humanos organizam a transformação da natureza é a base a partir da qual se organizam as relações sociais. O trabalho funda os diversos modos de produção, as diversas formações sociais. Estava descoberto o trabalho como o que funda toda a história da humanidade!

Que o trabalho é a fonte de toda a riqueza social, os economistas burgueses já haviam reconhecido, pois esse é um fato com fortes repercussões na organização da produção capitalista. Marx e Engels deram o passo seguinte. O trabalho é muito mais do que a origem de toda a riqueza social: do trabalho escravo saiu a sociedade escravista, do trabalho do servo se elevou a sociedade feudal e, por fim, do trabalho proletário se origina a sociedade burguesa. A ideia de que seria o “espírito” da classe dominante que criaria a sociedade estava desmascarada como uma mera ilusão. O trabalho, e não o “espírito” da classe dominante, é o que está na origem de todas as sociedades.

A história, então, passou a ser inteiramente compreensível, totalmente explicável, a partir de como, a cada momento da história, o trabalho é organizado. O desenvolvimento das forças produtivas pode ser, então, reconhecida



como o momento predominante na evolução da história. Até o final de suas vidas, tanto Marx quanto Engels vão aperfeiçoando o reconhecimento teórico desse fato. Os dois pensadores vão coletando argumentos e fatos históricos para demonstrar que a história é exclusivamente humana. Isto é, nem é feita pelos Deuses, nem por qualquer “espírito”, nem pela natureza, mas apenas pelas relações que os humanos estabelecem entre si na busca de retirar da natureza os meios de produção e de subsistência.

Por várias mediações (que não são difíceis de serem intuídas, ao menos em geral), se o trabalho funda toda a sociedade, o trabalho proletário (aquele trabalho assalariado que transforma a natureza em mercadorias) é fundante do modo de produção capitalista. Por isso – aqui, também, com várias mediações – o proletariado é a classe revolucionária: a única que tem interesse e necessidade históricos de superar a exploração do homem pelo homem (ver o *Jornal Espaço Socialista* nº 77).

O MATERIALISMO

Descoberto que é o trabalho (e, não, o “espírito” da classe dominante) que funda a sociedade, estava também descoberto o elo que faltava para que uma concepção radicalmente materialista superasse o idealismo de Hegel e de seus sucessores contemporâneos.

O materialismo, de Marx e Engels, se apoia no conhecimento de que a vida surgiu no planeta Terra com base em um longo desenvolvimento da matéria inorgânica. O mundo inorgânico possui sua história: na evolução do universo, as formas mais simples da matéria vão dando origem a formas mais complexas através dos processos químicos e físicos. De um início em que temos basicamente hidrogênio e hélio (os átomos mais simples), o universo evoluiu em direção a elementos e compostos químicos cada vez mais complexos. Conhecemos os detalhes dessa produção, um processo que tem lugar no núcleo das estrelas, principalmente.

Em um dado patamar do desenvolvimento da matéria inorgânica, surgiu a vida(2). A vida nada mais é do que os átomos

inorgânicos sob uma nova organização que, por ser nova, é portadora de novas qualidades. Nada disso é misterioso: tal como a água, formada pelo hidrogênio e o oxigênio, possui qualidades muito distintas da desses dois gases, uma nova organização dos átomos de carbono, água e alguns outros elementos, resulta na vida. O que a caracteriza e a distingue da matéria inorgânica não são os átomos que a compõe, mas sim a nova qualidade que surge com o novo modo de organização desses átomos. Essa qualidade é a reprodução biológica. E, com a reprodução biológica surge um processo material que antes não existia: a evolução da vida é determinada pela seleção natural (tende a sobreviver a espécie de vida melhor adaptada ao ambiente) e, não mais, pelas reações físicas e químicas da matéria inorgânica.

A seleção natural, bilhões de anos depois, terminou dando origem a uma forma de vida mais adaptável às variações do ambiente e que, por isso, tende a sobreviver. Os animais – que vivem em bandos (gregários) e que são capazes de acumular informações sobre o mundo em que vivem – tendem a se reproduzir melhor que outros seres vivos. O gregarismo possibilita que novas necessidades sejam enfrentadas como novos modos de organizar as atividades coletivas; uma consciência capaz de armazenar e processar as informações possibilita que se reaja ao ambiente de forma cada vez mais eficiente etc(3).

Essa tendência de desenvolvimento – que se prolongou por milhões de anos – terminou conduzindo a animais gregários que passam a trabalhar (ou seja, que passam a retirar da natureza os meios de produção e de subsistência por meio do trabalho). O que diferencia o trabalho de todas as formas anteriores de transformação pelos animais do ambiente em que vivem é que, no trabalho, o que vai ser feito na prática é, antes, construído na consciência. Antes de se fazer uma lança, planeja-se a lança. A lança é a realização do projeto pré-concebido. Isso pode parecer pouca coisa. Mas é fácil se perceber que não o é.

Ao transformar o mundo de acordo com um plano, o que nós pensamos acerca do mundo (e sobre nós próprios) entra em confronto direto com o que mundo de fato é. Com isso, podemos corrigir nossas ideias acerca do mundo,

acerca dos nossos companheiros e de nós próprios. Quanto mais conhecemos o mundo em que vivemos, maior nossa capacidade produtiva. Ao produzirmos cada vez mais, as sociedades podem se tornar cada vez maiores, podemos desenvolver as forças produtivas e a divisão do trabalho: a história humana está em andamento.

Para que tudo isso ocorra, a consciência precisa refletir cada vez mais perfeitamente o que é o mundo em que vivemos: para tanto produz desde a religião, a ciência, a filosofia, a matemática, a astronomia etc. até os costumes, a linguagem, a ideologia etc., ou seja, todas as produções da consciência humana (o que os idealistas chamavam equivocadamente de “espírito” e, hoje, alguns denominam, ainda mais equivocadamente, de “imaterial”).

Surgiu como um animal, pelo trabalho, se converte em ser humano, estava encontrado o elo que articula a nossa história com a história de todo o universo!

Toda a história humana, com todas as suas realizações “espirituais” e “materiais” (para brincar com o velho idealismo), é o resultado de uma longa evolução da matéria. A matéria inorgânica, por suas leis próprias, evoluiu e tornou possível o surgimento da vida. A vida, por suas leis próprias, evoluiu dando origem aos animais. Alguns, dentre eles, passaram a trabalhar. Pelo trabalho, surgiu toda a história humana.

Vejam: a vida nada mais é que uma forma superior da matéria – é matéria, portanto, em uma forma superior de

organização. De modo similar, a história humana é uma forma superior de organização da vida. Portanto, tudo o que existe é matéria, com suas diferentes formas de organização.

A matéria inorgânica tem sua história determinada pelos processos químicos e físicos. Dela, emerge a matéria orgânica que tem sua história determinada pela reprodução biológica, pela seleção natural. Da vida sai o trabalho, que determina a história da matéria social pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que requer o desenvolvimento dos indivíduos e de formas sempre mais desenvolvidas de consciência. Tudo o que existe é a matéria em movimento, em constante evolução.

Veja: tudo o que existe é matéria. Não existe a dualidade espírito-matéria do velho idealismo! Por isso, materialismo. E, a matéria, é um constante processo de evolução, uma história permanente. Por isso, histórica. Por essa razão é que se denomina, muitas vezes, por materialismo histórico a concepção de mundo elaborada por Marx e Engels.

NOTAS:

(1) Há uma noção, muito difundida, de que a separação do trabalho manual do intelectual é a separação do ato de pensar do ato de fazer. Nada mais falso: todos os seres humanos pensam, sendo proletários ou burgueses. Nessa acepção empregada por Marx e Engels, o trabalho intelectual é a atividade de organização da sociedade e da produção pela classe dominante e, o trabalho manual, essencialmente, é

aquele que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência. Uma sociedade em que uma parte ordena e outra parte produz da forma que foi ordenado, é uma sociedade de classes.

(2) De fato, conhecemos apenas a vida no nosso planeta. Mas isso tende a mudar em pouco tempo, com a descoberta de água corrente em Marte e com a investigação dos outros planetas do sistema solar.

(3) De fato, conhecemos apenas a vida no nosso planeta. Mas isso tende a mudar em pouco tempo, com a descoberta de água corrente em Marte e com a investigação dos outros planetas do sistema solar.

TEXTOS RECOMENDADOS

Engels: *Do socialismo utópico ao científico*, é muitíssimo interessante sobre essa questão. Um texto mais complexo para o leitor iniciante é *A Sagrada Família*, de Marx e Engels, uma fantástica ironia contra seus companheiros idealistas Bauer, Stirner, etc.

Ivo Tonet, *O método científico* (Instituto Lukács, 2014), possui muitas indicações úteis.

Finalmente, de Marx, *A miséria da filosofia*, um texto que ele próprio considerava a melhor introdução ao seu pensamento – com a pequena correção, assinalada por ele, de que onde se lê compra a venda de trabalho, dever-se-ia ler força de trabalho.



CAPITALISMO, DESIGUALDADE, PODER POLÍTICO E MAIORIDADE PENAL

O capitalismo, como qualquer outra forma de organização da sociedade se reproduz obedecendo a certas leis sociais, que lhes são próprias e que não podem ser subvertidas a não ser por meio de uma revolução. Por isso, ao modo de reprodução do capital, é impossível impor outra lógica que não seja a sua própria, o que significa que nenhum ato político ou jurídico realizado nos marcos da institucionalidade burguesa poderá controlar suas determinações fundamentais.

Durante muito tempo a burguesia,

ZILAS (AL) E ANDRÉ (SC)

através de todo seu aparato ideológico, se esforçou para construir e perpetuar a narrativa de que a tendência a igualdade seria uma dessas leis sociais, próprias da estrutura de funcionamento do capitalismo. Nessa perspectiva as desigualdades sociais são vistas apenas como um “defeito” na engrenagem. Mas, poderiam ser resolvidas pela própria dinâmica interna do mercado. Assim, sem interferências e se desenvolvendo livremente o mercado reequilibraria o

sistema e a desigualdade voltaria a diminuir.

No entanto, recentemente um economista da Escola de Economia de Paris (longe de ser um centro de esquerda), Thomas Piketty, juntamente a uma equipe de pesquisadores, provou que na sociedade capitalista a tendência é exatamente oposta àquela difundida pela burguesia. Por meio de um extenso levantamento estatístico, reunindo dados desde o século XVIII e até o século XXI, esse grupo de estudiosos analisou a concentração da riqueza na Europa e

EUA. A verdade, já apontada por Marx há muito tempo, revelou-se em números: a produção da desigualdade em escala crescente é inerente às relações sociais capitalistas. Em uma forma de sociabilidade em que o conteúdo material da riqueza social, produzida pelo trabalho, é expropriada de quem a produz e permanece nas mãos de uma minoria proprietária não é possível superar as desigualdades sociais, elas fazem parte de sua mais profunda essência.

Essas desigualdades são agravadas em períodos de crise e trazem consequências extremamente negativas tais como o desemprego, violência, destruição do meio ambiente, etc.

Na tentativa de superar essa crise e retomar as taxas de lucro, o capital adota medidas que aprofundam ainda mais essas consequências negativas. Por exemplo, a incorporação crescente de novas e sofisticadas tecnologias reduziu a necessidade de trabalho vivo na esfera da produção, criando o desemprego tecnológico estrutural, transformando parcela importante da classe trabalhadora em população supérflua. Hoje acompanhamos, no Brasil, uma onda de demissões que estão ligadas a impossibilidade de reprodução do capital em meio à crise, ocasionada como todas as demais crises pela superprodução de mercadorias que não encontram a possibilidade de realização no mercado.

Além disso, nesses períodos de crise mais aguda, com a intenção de recuperar a taxa de lucro o capital retoma formas de exploração do trabalho que muitos achavam ter ficado no passado. Assim, trabalho escravo e superexploração da força de trabalho feminina, de imigrantes e de negros baseadas em discursos preconceituosos retornam ao centro da lógica de reprodução capitalista.

Também com a intenção de retomar os lucros, o sistema capitalista recorre à exploração do trabalho infantil. Mas, em certos locais criou-se uma barreira moral a essa prática, como aqui no Brasil. Contudo, o aparato ideológico da burguesia é suficientemente forte para impor suas necessidades. E é nesse contexto que o parlamento brasileiro trouxe de volta a discussão sobre a redução da maioria penal.

Baixando a maioria penal vislumbra-se, na verdade, a possibilidade de explorar o trabalho de menores de

18 anos sem que isso constitua um crime. Essa é a essência da proposta aprovada na câmara dos deputados. A justificativa de que isso seria uma medida eficiente para reduzir a violência não se sustenta sob nenhum ponto de vista.

Os parlamentares e capitalistas sabem e, inclusive, anunciam abertamente, que a redução da maioria penal não levará a redução da violência. O próprio Ministério da Justiça publicou os resultados de uma ampla pesquisa sobre violência indicando que apenas 1% de todos os crimes registrados é cometido por menores de idade. E considerando apenas homicídios e outros crimes hediondos esse número cai para 0,5%!

A insistência deliberada para concretização da PEC 171/93 deve ser entendida, em primeiro lugar, como um “plano” que a burguesia está traçando para a juventude, principalmente a de periferia: a inserção no mercado de trabalho cada vez mais cedo e em uma condição de superexploração ou o encarceramento que tem dupla função: pode ser uma maneira de a burguesia valorizar capital ocioso e, ao mesmo tempo, de controlar o exército industrial de reserva, que só aumenta. Por outro lado, há o interesse do grande capital na privatização de presídios. Isso é uma realidade em muitos países e que já está em fase de implantação aqui no Brasil. Podemos citar, como exemplo, o complexo penitenciário de Ribeirão das Neves que já se encontra em pleno funcionamento, em Minas Gerais. Além disso, há outras iniciativas em estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco e Brasília. A PEC da maioria penal determina que os menores presos não poderão ir para os presídios comuns, mas também não poderão ir para as unidades de internação que existem hoje. O que fazer então? Construir espaços específicos para que esses jovens sejam encarcerados. E, claro, a iniciativa privada já está de olho nesse mercado.

Mas, é preciso gritar em alto e bom som: a redução da maioria penal não

nos interessa! É mais um artifício da burguesia contra a classe trabalhadora. A luta contra sua imposição é uma inflexão tática que as organizações de esquerda devem assumir, pois, além de ser absurdo querer confinar jovens em “depósitos” de seres humanos esta luta também pode contribuir para o avanço da consciência revolucionária das massas.

Importante ressaltar que essa atuação do parlamento brasileiro nos revela, mais uma vez, que o verdadeiro poder da burguesia não se encontra nas instituições políticas e por isso não são deputados, senadores, ou mesmo presidentes que exercem poder. Todos são apenas representantes de um poder que já está consolidado. Têm no máximo uma autonomia relativa para tomar decisões. O verdadeiro poder, na sociedade capitalista, decorre da propriedade privada dos meios de produção, que possibilita a acumulação de capital por meio da exploração do trabalho. Os políticos são apenas gerentes, mandatários, dos verdadeiros donos do poder. O parlamento é, portanto, campo de atuação da burguesia. Expressão do poder burguês.

As organizações de esquerda já deveriam ter aprendido essa lição, boa parte delas continua com ilusões em relação a luta parlamentar e, conseqüentemente, contribui para deseducar e desorganizar a classe trabalhadora. A realidade social mostra o quão frágeis são as ditas “trincheiras” que se buscam ocupar na institucionalidade burguesa, tão arduamente defendidas pela esquerda reformista. A crise estrutural escancara para quem ainda pressupõe o Estado como um espaço em disputa que o poder político institucional está integralmente comprometido com os interesses de reprodução da ordem.

Diante desse quadro, é importante e, acima de tudo, necessário insistir que a única alternativa viável para transformação efetiva da sociedade é a revolução de caráter socialista. Não há mais espaços para reformas que sejam favoráveis aos trabalhadores no interior do sistema capitalista. E esse processo só pode ser conduzido pela classe trabalhadora. A fonte do nosso poder está na luta, no movimento de massas, nas ruas, praças, fábricas, locais de trabalho e organismos de luta da classe trabalhadora.



EDUCAÇÃO FEDERAL E AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE

ZILAS (AL)

Desde o início desse ano que o governo do Partido dos Trabalhadores vem aplicando uma política de austeridade que mais uma vez demonstra, sem margem para dúvidas, que o Estado não passa de um comitê para gerenciar os negócios da burguesia, sendo o PT, hoje, o coordenador desse comitê. Assim, o governo pressiona os trabalhadores com o objetivo de manter as metas de superávit primário, dinheiro que sobra depois de contabilizados os gastos e recebimentos e que serve para pagar as “despesas financeiras”. Em outras palavras, dinheiro arrecadado pelo estado para pagar os juros da dívida junto aos bancos.

Além de medidas que atingem diretamente direitos dos trabalhadores, prejudicando especialmente os jovens que procuram emprego, o governo Dilma propõe, ainda, uma série de cortes no orçamento que vão atingir setores fundamentais como saúde e Educação.

Vejam o caso das Instituições federais de ensino. No início do ano o governo já havia anunciado que as verbas destinadas às IFE seriam limitadas a 1/18 do orçamento mensal. Isto implicaria em um corte de R\$ 1,76 bilhões. A situação das escolas federais que já não era boa ficou praticamente insustentável. Essa conjuntura motivou, inclusive, a construção de um movimento grevista que durou meses.

Porém, o que parecia ruim ficou ainda pior! Na metade do ano, em meio à greve de professores e técnicos administrativos das instituições federais de ensino, o governo anunciou o corte de 9,4 bilhões. E, continuando com a política de reajustes, em 30 de Julho os atuais gerentes dos interesses do capital divulgaram, no diário oficial da união, mais uma redução orçamentária que retira do Ministério da Educação mais R\$ 1 bilhão. Não percam os cálculos. Até agora já foram mais de R\$ 12 bilhões retirados da Educação. Para os próximos anos isso representará uma verdadeira tragédia. As universidades, por exemplo, já estavam funcionando de maneira extremamente precária antes desses cortes.

Mas, a partir do próximo ano muitas delas estão ameaçadas de não ter condições mínimas para manter suas

atividades. E parte das que continuarão funcionando serão obrigadas a diminuir significativamente os seus projetos de pesquisa e extensão. Além disso, obras importantes serão paralisadas e diversos auxílios aos estudantes poderão ser suspensos. Diante dessa realidade não é difícil perceber quão grave será a situação das universidades e institutos federais nos próximos anos.

GOVERNO PT: MAIS REAJUSTE, MENOS EDUCAÇÃO

Mas, ainda não é tudo! O quê? Isso mesmo. Quando pensamos que atingimos o limite as coisas tornam-se desesperadoras. Já aprendemos que para nós trabalhadores nenhuma situação é tão ruim que o governo petista não possa piorar.

E eis que já nos encaminhando para o fim do ano somos brindados com um novo conjunto de medidas planejadas pelo ministro da fazenda, economista formado na escola de Chicago, diga-se de passagem, com o objetivo de garantir que o país alcance as novas metas de superávit primário.

Dessa vez não há cortes diretos na Educação, porém alguns pontos desse novo pacote afetarão diretamente o funcionamento da rede federal de ensino. Vamos citar aqui dois pontos que estão interligados.

Primeiro, está previsto que um benefício dos servidores, o abono permanência, irá acabar. O abono funciona como se a União reembolsasse o servidor em idade de se aposentar por seu gasto com a contribuição previdenciária. Em suma, é como se o servidor federal recebesse 11% do salário a mais para permanecer na ativa. Isso acabou. Resultado imediato: esvaziamento dos órgãos públicos, inclusive das universidades e demais escolas federais. Segunda medida que afeta a Educação federal: suspensão de concursos públicos em 2016.

Boa parte das universidades e institutos federais já possui, hoje, um quadro insuficiente de professores e técnicos. Isso se deve especialmente a política inconsequente do próprio governo do PT da era Lula para que o ensino superior e técnico fosse expandido.



Os gestores ficaram empolgados com a possibilidade e promoveram o maior movimento de expansão das universidades e institutos federais de Educação tecnológica já visto no país. O problema é que muitas vezes as expansões foram feitas de maneira extremamente irresponsável, sem planejamento adequado. Criava-se um novo campus, principalmente no interior, com o mínimo possível (de infraestrutura e pessoal) e depois ia se pensar em como mantê-lo. Isso, lógico, já estava dando problemas. Agora, sem concursos públicos e com o fim do abono permanência, a própria existência de uma série de novos campi estará ameaçada.

Uma das primeiras consequências de todas essas medidas será a precarização das atividades docentes e técnico-administrativas. Sem verbas para melhorar a infraestrutura, que já estava péssima, sem aumentar o número de servidores que já era pequeno e, ainda, com a retirada de uma parcela considerável de profissionais está certo que o trabalho de quem fica na rede federal de ensino vai aumentar e em condições piores das que já se encontravam. Some-se a isso tudo a relutância do governo do Partido dos Trabalhadores em negociar qualquer aumento significativo (e como significativo queremos dizer apenas um aumento que reponha a inflação, só isso!).

PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO FEDERAL NO GOVERNO DILMA

Diante dessa realidade é claro que a administração petista será forçada a dar alguma resposta. E é aí que mora o perigo. Sabemos o que o Estado significa para a burguesia. Então as propostas do governo para solução dos problemas na Educação devem estar sempre de acordo

com os interesses do capital. E é com isto em mente que o PT vai planejar a Educação para os próximos anos. Vamos ver como as coisas estão se encaminhando nesse sentido.

Hoje já há fortes rumores de que o Ministério da Educação, na figura de Aloizio Mercadante, tem planos para passar a administração dos institutos federais para o Sistema S. Isto representaria um enorme retrocesso sob vários aspectos, pois todos sabem que esse modelo educacional volta-se *exclusivamente* para inserção de pessoas no mercado capitalista. Currículo, métodos de ensino, estrutura, tudo nessa organização escolar é determinado pelos imperativos mercadológicos.

Por outro lado, não é difícil prever que na falta de profissionais para atuarem nas escolas federais as vagas começarão, já em 2016, a ser ocupadas por trabalhadores terceirizados. Lembremos que nesse ano o projeto de lei 4330 que “regulamenta” a terceirização (possibilitando-a até para atividades fim) e a decisão do STF em estender o modelo para o serviço público tornam

esta possibilidade real e sob o argumento de que “não há outro jeito”, “é algo temporário, só até os concursos retornarem”, etc., muitos gestores vão adotar esse procedimento.

Recentemente foi aprovada no Congresso uma PEC que permite às universidades públicas cobrarem por pós-graduações. Isto é parte de um projeto maior de privatização das instituições públicas de ensino superior e que vai se aprofundar. De novo os gestores vão dizer “é necessário para manter minimamente a universidade funcionando”, “é só para os cursos de pós-graduação, mas nunca se estenderá para a graduação”. Mas, isso não é verdade! É apenas mais um movimento de uma série de ataques à Educação pública.

LUTAR É A ÚNICA SAÍDA

Enfim, a Educação federal está sendo novamente bombardeada pelo capital e por seus representantes da vez, atualmente o governo do PT. Diante dessa realidade só há uma saída: a luta unificada de estudantes, professores e técnicos da rede federal de ensino.

É preciso arquitetar desde já um movimento em defesa da Educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Movimento que integre as reivindicações dos servidores da rede federal, estadual e municipal. E a partir dessa unidade construir uma greve abrangente e agressiva contra todas as medidas do governo que prejudicam a Educação em todos os níveis.

Nessa luta nos aproximaremos de outros setores que também estão insatisfeitos com a política de reajustes do PT, que penaliza os trabalhadores para manter os lucros dos bancos. Assim unidos, poderíamos pensar na construção de uma greve geral contra as medidas de austeridade, contra o governo da burguesia e contra o capital. Não podemos mais ficar na inércia! Não podemos mais nos iludir com as possibilidades da luta parlamentar! Não podemos mais esperar uma unidade com a esquerda que só quer agir nos marcos da institucionalidade burguesa! É hora de nos movimentar. É hora de lutar sem trégua pela construção do socialismo.

PALESTINA: NOVA REVOLTA CONTRA A OCUPAÇÃO ISRAELENSE

Não é desse último mês a escalada de violência de Israel contra palestinos, tampouco se restringe à reação por pronunciamento ou hasteamento de bandeira em órgão internacional, como a ONU.

Essa violência remete à história de um povo que tem sido sistematicamente massacrado e dizimado desde a divisão e expropriação de seu território.

No entanto, o que tem chamado à atenção nesse último mês além do insistente confronto desproporcional de Israel – uma das maiores potências bélicas do mundo, com produção, inclusive, de arma química – é o nível de resistência da juventude palestina.

O discurso racista, a quantidade de prisões, inclusive, de crianças e mesmo o alto número de assassinatos cometidos pelo governo e pela repressão israelense não calam e nem paralisam as ações radicalizadas de muitos jovens palestinos, que em último caso, se suicidam, mas não se rendem.

No último Dia de Ira, centenas de jovens palestinos, armados de pedras,

facas e coquetéis molotov reagiram novamente às investidas do governo israelense em intensificar as demolições de casas palestinas.

Segundo a ONU, mais de 11 mil ordens de demolição estão sendo executadas por Israel nesse momento e 77% delas são possuídas ou estão em território palestino. Demolição de casas, hospitais e escolas tem sido uma das formas de Israel tentar varrer cerca de 300 mil palestinos da região da Cisjordânia a fim de sustentar sua invasão e ampliar os assentamentos.

Ainda assim, o governo de Israel nesses últimos dias, com seu poder militar, fechou o acesso palestino para Jerusalém Oriental (território palestino invadido por Israel), prendeu centenas de pessoas (sem direito a intervenção judicial) e reformou leis para prender e abrir fogo contra “crianças atiradoras de pedras”.

Junte-se a situações como essas a alta taxa de desemprego entre a população palestina ativa que é de 42% e entre os jovens de 60%. Segundo o Banco Mundial, 39% da população

vivem abaixo da linha de pobreza e 80% dependem de doações.

Para o sistema capitalista não é viável manter apenas a superexploração da força de trabalho em todas as partes do mundo. É necessário também destruir, matar e exterminar povos para dominar completamente suas riquezas naturais, especialmente quando se trata de gás e petróleo. Assim é esse projeto de expansão da ocupação do território palestino. Além de sistemático, carrega em si a necessidade de fortalecimento dos Estados Unidos e também do capital sionista na região do Oriente Médio.

A FALÊNCIA DOS ACORDOS COM ISRAEL

Com isso torna-se sistemático também a crescente indignação da população palestina, que resiste cotidianamente a cada ofensiva israelense.

Desde a Primeira Intifada (1987-1993) passando pela Segunda (2000-2005) e pela escalada de violência entre 2013-2014 milhares de palestinos, principalmente jovens, perderam suas vidas ou têm que

suportar as consequências de acordos não cumpridos, o Muro que separa o seu próprio território, as intensas investidas de Israel contra suas moradias e, até mesmo, a proibição de circularem livremente com Israel controlando seus passos. Mas, não suportam calados ou parados.

Além da “Guerra das Pedras” ter se tornado o meio de defesa e de ataque da juventude palestina contra os soldados israelenses – conforme noticiou recentemente o Jornal El País – 42% dos palestinos consideram a luta armada como a melhor saída para a conquista de um Estado Palestino, ou seja, quase metade da população não acredita em acordos com o imperialismo e também aprovam o uso da violência. Contudo, ainda o que se possui massivamente são armas menos potentes e com pequeno poder de alcance como as facas, que surgiram nos confrontos desse último mês.

Sendo assim, não é sem sustentação real que Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina, diz abandonar os Acordos de Oslo. Isso significa deixar a atual administração dos territórios palestinos (manutenção da ordem pública, alimentação, garantia de saúde e serviços educacionais públicos, etc.) ocupados pelas tropas do exército de Israel, sob domínio do “poder ocupante”, isto é, coloca parte dos 80% da população – que depende de doações internacionais recebidas pelo governo palestino – na linha de confronto e na dependência direta de serviços públicos a cargo do governo israelense.

Com esse discurso de abandono dos Acordos, Abbas procura atacar várias questões: procura pressionar, perante o mundo, o cumprimento de negociações e cobrar responsabilidade de Israel; reivindicar a intervenção da ONU; procura enfraquecer o Hamas, principal organização impulsora da luta armada entre a população palestina e com o respaldo popular.

Os chamados “Acordos de Oslo” – sempre muito questionados entre os palestinos foram a razão do fortalecimento do Hamas, contrário a eles – já duram 22 anos e Israel nunca cumpriu as obrigações firmadas e nem deu passos para o reconhecimento, pelos israelenses, do Estado de Palestino. Nas mesas de negociações têm prevalecido



as “negociações permanentes”, ou seja, enrolação.

No entanto, o que fará a burguesia da Autoridade Nacional Palestina sem o poder político e com a perda de cargos e de altas doações internacionais recebidas de países árabes e europeus não se pode prever.

Mas, certamente é possível entender o que acontece com o povo trabalhador em situações como essa. Contra o povo palestino tem se tornado imprescindível intensificar as várias formas de opressão, repressão e de criminalização dos movimentos de resistência.

E se já não bastasse tudo isso, além das prisões de milhares de jovens, Israel também alterou a legislação para que os franco-atiradores possam abrir fogo contra crianças e estabeleceu sentença para prender atiradores de pedras, o que encarcerou mais de 150 crianças somente em Jerusalém Oriental.

Esse tem sido o papel do Estado de Israel, junto com outras potências imperialistas, especialmente em períodos de crise, exterminar povos para manter a superioridade territorial em regiões férteis e garantir a apropriação das riquezas naturais. Portanto, não se poderia criar ilusões em acordos com Israel, fadados previamente ao fracasso.

Israel jamais permitiria a existência sequer de dois Estados. Reconhecer o Estado Palestino significaria, para Israel, recuar nas invasões, levantar acampamentos e, acima de tudo, abandonar parte do projeto do capital americano para a região, além de fragilizar todo o discurso religioso que alimenta a consciência de um “povo de Israel” pelo mundo.

Por essa e outras razões que os Acordos de Oslo representam uma ilusão da direção palestina, negociando com um inimigo que jamais vai aceitar pacificamente a existência de um Estado Palestino e, muito menos, do povo palestino.

Dessa forma, o “ultimato” de Abbas representa, na verdade, uma corda no pescoço da população trabalhadora palestina e dos movimentos de resistência para forçar uma intervenção da ONU.

A NECESSIDADE URGENTE DE UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA MUNDIAL

Com a crise estrutural do capital não temos outra saída a não ser o fortalecimento da luta global e da unidade da classe trabalhadora mundial para enfrentar a intensificação da exploração em cada país.

É fundamental a unidade da classe trabalhadora palestina e israelense para a resistência contra todas as formas de opressão, de intensificação do trabalho e de exploração na região, ou seja, contra todos os ataques do capitalismo em crise no sentido de sua superação. A defesa do povo palestino é a defesa de um Estado laico, onde convivam os trabalhadores árabes e israelenses, no lugar desse Estado racista e excludente! Somente com a dissolução do Estado sionista de Israel teremos uma Palestina laica, democrática e multiétnica capaz de agregar a classe trabalhadora palestina e israelense num mesmo território!

Portanto, é necessário que o internacionalismo seja ativo e concreto, já que as relações de produção/exploração são mundializadas. Precisamos construir esse internacionalismo no dia a dia, nos locais de trabalho, estudo e moradia. A formação de Comitês, campanhas de apoio e solidariedade em sindicatos, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis são fundamentais para fortalecer essa luta.

Pela dissolução do Estado de Israel! Por um Estado laico, democrático e que agregue o proletariado multiétnico no território da Palestina! Por uma confederação socialista do Oriente Médio!

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1